

Brasil não fecha acordo de longo prazo com banco agora

Brasília — O governo não pretende assinar logo um acordo para rolar a dívida externa por 16 anos. Disse ontem o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, "Vamos aguardar para negociar um acordo de longo prazo no momento certo", disse o ministro.

A estratégia do governo é a de prorrogar por seis ou um ano o acordo com os bancos credores — sem a assinatura de uma Carta de Intenção com o FMI — para a concessão de créditos comerciais e interbancários, em troca do pagamento dos juros. Este acordo, que vem sendo honrado pelas duas partes, vence no dia 17 de janeiro.

Funaro considerou "excelentes" os resultados de suas conversas com autoridades do governo norte-americano na segunda-feira. "O Brasil firmou sua posição a favor do crescimento e foi apontado como um exemplo de sucesso", relatou Funaro aos jornalistas.

Nos Estados Unidos, Funaro almoçou com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e teve longas conversas com James Baker III, Secretário do Tesouro, e John Whitehead, subsecretário de Estado, sobre a economia mundial e a dívida externa dos países latino-americanos.

Aos três, o ministro expôs sua preocupação com as taxas de juros norte-americanas, hoje de 5% acima da inflação. "Talvez fosse compreensível que as taxas ficassem altas por um ou dois anos. Mas hoje é inimaginável não termos qualquer perspectiva de volta dessas taxas", disse Funaro.

Segundo ele, o país deverá manter no próximo ano o mesmo saldo na balança comercial em 1985: 12 bilhões de dólares, contra um pagamento de 10 bilhões a 10 bilhões 400 milhões de dólares de juros.

Qualquer aumento de um ponto percentual nas taxas de juros internacionais obrigará o país a lançar mão de suas reservas cambiais para seguir honrando o pagamento da dívida externa e importando os produtos essenciais.

— Não corremos o risco de um estrangulamento cambial, como em 1982, porque temos 8 bilhões de dólares em reservas. Mas ficamos com uma margem muito apertada — avaliou Funaro.

Para ele, uma queda de 1 e meio ponto percentual na taxa de juros pode ser crucial para o país poder modernizar seu parque industrial, através de importações, e garantir um crescimento sustentado da economia.

Funaro disse que, na sua viagem aos Estados Unidos, não esteve com banqueiros credores do Brasil, e a única vez em que tratou da liquidação dos bancos Auxiliar e Comind o fez a pedido de um assessor da Whitehead.

— Nós estamos cumprindo a lei. Os credores receberão o saldo da massa falida dos bancos, que deverá cobrir 50% das dívidas — assegurou Funaro.

Em Buenos Aires, o presidente do banco central dos Estados Unidos, Paul Volcker, anunciou aos empresários, banqueiros e economistas argentinos que o "Plano Baker", de ajuda aos 15 países mais endividados, significará a concessão de novos empréstimos no valor de 45 bilhões a 50 bilhões de dólares para manter o crescimento dessas nações. Em troca, porém, os governos interessados terão de fazer as pazes com o FMI e adotar mudanças econômicas estruturais, como livre-câmbio e menos barreiras às importações, mas a receita não será a mesma para todos. Haverá uma análise "caso por caso".